



## **América Latina sob o olhar da teoria do desenvolvimento desigual e combinado: as estruturas históricas dependentes**

Tiago Assis Silva<sup>1</sup>

### **Resumo**

Qualquer perspectiva de superação do subdesenvolvimento da América Latina demanda uma compreensão histórica da forma pela qual suas estruturas foram erguidas para sua inserção subordinada no mercado mundial. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, sob a lei fundamental do valor, é uma via pela qual essa compreensão pode emergir. A hipótese é que o colonialismo criou as condições de ingresso subordinado do continente pelos europeus sob a marca da produção de commodities enquanto que o neocolonialismo, após as independências políticas, aprofundou essa situação com o desenvolvimento das vias de comunicação e de transporte para a circulação do capital em prol dos países centrais. O objetivo é expor tais estruturas dependentes à luz das categorias analíticas da teoria do desenvolvimento desigual e combinado como manifestações da lei fundamental do valor, o que caracteriza, essencialmente, a reprodução social do capital. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e descritiva, são analisadas as condições estruturais que se solidificaram, historicamente, na América Latina, contrariando o discurso oficial eurocêntrico e estadunidense.

**Palavras chave:** América Latina, Desenvolvimento, Dependência, Desigual, Combinado.

### **América Latina desde la perspectiva de la teoría del desarrollo desigual y combinado: las estructuras históricas dependientes**

### **Resumen**

Cualquier perspectiva de superación del subdesarrollo de América Latina exige una comprensión histórica de la forma en que se construyeron sus estructuras para su inserción subordinada en el mercado mundial. La teoría del desarrollo desigual y combinado, bajo la ley fundamental del valor, es una forma en que puede surgir esta comprensión. La hipótesis es que el colonialismo creó las condiciones de ingreso subordinado al continente por parte de los europeos, bajo la marca de la producción mercantil, mientras que el neocolonialismo, luego de la independencia política, profundizó esta situación con el desarrollo de medios de comunicación y transporte para la circulación del capital a favor de los países centrales. El objetivo es exponer tales estructuras dependientes a la luz de las categorías analíticas de la teoría del desarrollo desigual y combinado como manifestaciones de la ley fundamental del valor, que caracteriza esencialmente la reproducción social del capital. A través de una investigación bibliográfica y descriptiva, se analizan las condiciones estructurales que

<sup>1</sup> Especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisador bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB (2019-2020). Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. Doutorando (aluno especial) em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia. Advogado. Conselheiro e Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Bahia. E-mail: advtiagoassis1983@gmail.com

históricamente se solidificaron en América Latina, contrarias al discurso oficial eurocéntrico y norteamericano.

**Palabras clave:** América Latina, Desarrollo, Dependencia, Desigual, Conjunto.

### **Latin America from the perspective of the theory of uneven and combined development: the dependent historical structures**

#### **Summary**

Any perspective of overcoming the underdevelopment of Latin America demands a historical understanding of the way in which its structures were built for their subordinate insertion in the world market. The theory of uneven and combined development, under the fundamental law of value, is one way in which this understanding can emerge. The hypothesis is that colonialism created the conditions of subordinate entry to the continent by Europeans, under the brand of commodity production, while neocolonialism, after political independence, deepened this situation with the development of means of communication and transport for circulation of capital in favor of the central countries. The objective is to expose such dependent structures in the light of the analytical categories of the theory of uneven and combined development as manifestations of the fundamental law of value, which essentially characterizes the social reproduction of capital. Through a bibliographical and descriptive research, the structural conditions that were historically solidified in Latin America are analyzed, contrary to the official Eurocentric and American discourse.

**Key words:** Latin America, Development, Dependency, Uneven, Combined.

#### **Introdução**

Se costuma estudar a história do Brasil e dos vizinhos latino-americanos sob concepções eurocêntricas e estadunidenses que exercem hegemonia cultural sobre a região formando o inconsciente coletivo. Tal perspectiva, ideologizada, tem por finalidade encobrir a realidade da formação da América Latina e nos fazer crer que a superioridade europeia e estadunidense é algo natural e não histórico.

Desse modo, é imprescindível estudar a história às avessas. Para essa tarefa, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, sob o pilar fundamental da lei do valor, permite expor as razões da colonização e do papel subordinado da América Latina na formação, consolidação e expansão da reprodução social do capital a nível internacional. Eis a razão pela qual “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2017, p. 47).

Na aparência está Portugal e Espanha, o império ibérico decadente patrocinando a expansão mercantilista europeia em razão das limitações comerciais ao oriente. Ambos serviram como entrepostos dos interesses ingleses que garantiram as condições do saqueio das

riquezas latino-americanas e se alimentaram delas para promover a revolução industrial e adquirir hegemonia internacional no sistema capitalista, somente sendo superados pelos Estados Unidos no início do século XX.

Essa leitura incomum, entretanto, exige um choque no inconsciente, desmistificando as crenças ilusórias que o eurocentrismo formulou. Essa passagem da consciência ingênua para uma consciência crítica encontra na teoria do desenvolvimento desigual e combinado, sob a égide da lei fundamental do valor, um viés necessário para a devida compreensão das estruturas dependentes da região latino-americana.

### **1. Categorias analíticas da teoria do desenvolvimento desigual e combinado**

A desigualdade é uma manifestação inerente ao processo histórico de desenvolvimento das múltiplas sociedades no mundo, pois, de acordo com a experiência de cada uma delas, as culturas, as mais diversas, são criadas e consolidadas em níveis diferentes de avanço técnico. Por isso que a desigualdade deve ser compreendida como uma lei do processo de desenvolvimento histórico em geral.

No entanto, nenhuma sociedade se desenvolve em isolamento completo. A interação é uma condição que se impõe para o suprimento das necessidades daqueles membros que lhes pertencem, haja vista que a produção da totalidade dos serviços e bens em uma única sociedade não se experimenta, historicamente, por mais avançada que possa ser. Como consequência, essa interação permite que sociedades mais avançadas se encontrem com aquelas mais atrasadas do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico por diversas razões.

Esse encontro cultural promove transformações recíprocas, porém, em níveis diferentes em razão da desigualdade entre as sociedades. Ainda assim, há influência mútua a possibilitar a continuação do desenvolvimento, porém, de forma combinada. Eis que se consolida o segundo dogma ou lei do desenvolvimento histórico social: a combinação.

No entanto, é com a reprodução social do capital que essas duas leis (desigualdade e combinação) atingem um caráter global, pois o expansionismo é uma característica inerente a esse sistema; quando Michael Löwy se refere ao capital, afirma que “ele é a ‘luz universal’ que modifica todas as outras ‘cores’ econômicas e sociais” (1985, p. 73). Vocacionado a atingir a esfera global na sua totalidade, o capital destrói qualquer manifestação social distinta e contrária, moldando-a a sua feição universalizante.

A justificar a expansão global do capital, os pensadores da modernidade formaram a teoria dos estágios de avanço capitalista ou, simplesmente, etapismo, sobre a qual os países

atrasados, mesmo aqueles que jamais haviam experimentado a produção social do capital, atingiriam o mesmo nível de desenvolvimento se observasse as etapas históricas da formação europeia.

Essa teoria linear de desenvolvimento capitalista, ou de sua evolução, se mostra falha, imprestável quando contrastada com os fatos históricos. O próprio Marx, segundo Neil Davidson, já havia rejeitado, no século XIX, “a ideia de que todas as nações tiveram que repetir a mesma experiência e argumenta, em vez disso, que pode ser possível que as nações se baseiem no que outras nações realizaram nas áreas específicas em que foram mais avançadas” (2006, p. 16, tradução nossa).<sup>2</sup>

E interpretando os resultados históricos da expansão global da reprodução social do capital, especificamente como fruto do encontro entre os países avançados e suas colônias e países independentes, politicamente, porém, atrasados, economicamente e socialmente, Lênin destacava uma característica do desenvolvimento desigual: “a relação de domínio dos estados imperialistas mais desenvolvidos sobre dois outros tipos, ‘as próprias colônias’ e ‘as diversas formas de países dependentes que são politicamente independentes, mas de fato estão enredados na rede de dependência financeira e diplomática’” (DAVIDSON, 2006, p. 19, tradução nossa).<sup>3</sup>

Essa relação de subordinação, de um lado, e de dominância, de outro, evidencia que os países atrasados não iriam atingir o ponto de desenvolvimento dos países mais avançados, pois, na economia mundial, estavam subjugados aos ditames hegemônicos da Europa Ocidental e, mais recentemente, dos Estados Unidos. No entanto, isso não significa dizer que os países atrasados não iriam implantar qualquer espécie de desenvolvimento.

Sob a égide do capital internacional, a América Latina, por exemplo, absorveu tecnologias desenvolvidas nos países avançados (embora sem sua propriedade intelectual e sem o compartilhamento para o aprendizado mútuo, recíproco) e implantou a infraestrutura necessária para permitir a escoação das riquezas que abasteceram o Ocidente e que o alimentam ainda nos dias atuais.

Essa situação, entretanto, fora compreendida com maior densidade por Leon Trotsky. Já havia sido percebido que a Rússia, ainda no século XVII, se tornara uma potência bélica com produção própria de ferramentas militares, a exemplo de navios e canhões, após ter

<sup>2</sup> The idea that every nation had to repeat the same experience and argues instead that it might be possible for nations to draw on what other nations had accomplished in the specific areas where they were most advanced.

<sup>3</sup> The relationship of dominance by the more developed imperialist states over two other types, ‘the colonies themselves’ and ‘the diverse forms of dependent countries which politically are formally independent but in fact, are enmeshed in the net of financial and diplomatic dependence.

importado tecnologia da Europa Ocidental com o intuito de expandir o czarismo. Para além disso, Pedro, “o grande”, fora o czar responsável por essa façanha e por desenvolver um sistema educacional que formasse trabalhadores russos para a manufatura dos armamentos militares.

A Rússia já havia provado que seria possível um país atrasado importar tecnologia de regiões avançadas, mas, ainda assim, não se desprender das amarras que a impedem de alcançar o desenvolvimento capitalista dos países mais avançados (com raras exceções, a exemplo do Japão). A América Latina, de igual forma, também adotou essa postura de importar tecnologias europeias e estadunidenses, porém, sem superar sua condição dependente.

Em outras palavras, “precisamente porque as sociedades de avanços tardios coexistem com sociedades mais avançadas, elas podem importar diretamente as conquistas dessas outras sociedades e usá-las sem ter que reinventá-las por conta própria” (ROSENBERG, 2016, p. 23, tradução nossa).<sup>4</sup> Esse cenário permitiu a Trotsky formular a segunda lei proveniente do desenvolvimento desigual, qual seja, a lei do desenvolvimento combinado, “um amálgama de formas arcaicas com formas mais contemporâneas” (DAVIDSON, 2006, p. 22, tradução nossa).<sup>5</sup>

Essa simbiose que já havia moldado a sociedade colonial da América Latina, após os movimentos independentistas, moldaria as economias nacionais, incorporando formas tecnológicas dos países centrais sem alterar, contudo, as estruturas sociais arcaicas da era colonial, a exemplo do racismo e da dependência econômica.

Os países atrasados e inseridos na ordem mundial capitalista pela violência, aprisionados a esse modo de produção social, ao invés de escolherem a revolução ou criar as condições políticas para a ruptura, aceitaram, por meio de suas elites, a condição dependente ao importar as mercadorias das multinacionais e as tecnologias dos países centrais, bem como suas fontes de financiamento. Dessa forma, se criou e se desenvolveu a infraestrutura para o abastecimento do mercado interno com mercadorias e serviços produzidos fora ou, internamente, sob o controle do capital estrangeiro.

A despeito do desenvolvimento moderno levado a esses países periféricos, as condições adversas da miséria na zona rural e às margens dos centros urbanos revelam a não superação do subdesenvolvimento. A despeito de o privilégio do atraso histórico não ter de

<sup>4</sup> Precisely because late developers *co-exist* with more advanced societies, they can directly import the achievements of those other societies and use them without having to reinvent them for themselves.

<sup>5</sup> By which we mean a drawing together of the different stages of the journey, a combining of separate steps, an amalgam of archaic with more contemporary forms.

passar por todas as etapas para utilizar determinadas tecnologias, não há a superação da dependência, o moderno e o arcaico convivem.

Se por um lado, os países atrasados podem superar estágios históricos do capitalismo ao importar tecnologias de produção agrícola e industrial, encurtando o tempo de rotação e aumentando a produção em escala, também é verdade que sem desenvolver a tecnologia, apenas importando-as, tais países se mantêm em posição dependente na economia mundial.

Os lucros gerados em seus territórios, quando de propriedade das multinacionais estrangeiras, são remetidos ao exterior. Os salários mais altos costumam ser reservados aos estrangeiros dos países de origem da tecnologia e das multinacionais, restando aos países dependentes os salários mais baixos e o trabalho mais aviltante.

O país dependente não cria as condições para a realização de uma revolução burguesa, ou seja, a liberalização das forças produtivas sob o comando de um capital nacional industrializante e de fomento à produção de tecnologia própria. Pois, essa situação o conduziria a um estágio de autonomia e de perda financeira dos países centrais e de suas elites dominantes. A condição subordinada, portanto, é imprescindível àqueles que exercem a hegemonia.

A avaliação de Rosenberg, pautando-se em Trotsky, acerca da Rússia czarista, aplica-se, por analogia, em razão dos mesmos fundamentos teóricos, à situação da América Latina; nas palavras de Rosenberg, “as técnicas da indústria capitalista estavam agora (bem ao contrário da Inglaterra) sendo combinadas com uma forma de Estado antiliberal e semifeudal. Um tipo bastante novo de sociedade estava sendo produzido. E Trotsky chamou esse processo interativo de mudança: ‘desenvolvimento combinado’” (2016, p. 24, tradução nossa).<sup>6</sup>

Por isso que o capital internacional convive bem com regimes totalitários e ditatoriais. Por isso, inclusive, que o capital internacional patrocinou golpes de estado e ditaduras na América Latina; sob o escopo de impedir, em verdade, não o comunismo, sempre sacado do bolso para atormentar as mentes doentes, mas, acima de tudo, obstar as revoluções burguesas capazes de levar a um processo de industrialização e fortalecimento da economia capitalista do sul global.

Vale ressaltar, entretanto, que a lei do desenvolvimento combinado não gera, automaticamente, uma espécie de determinismo social e histórico, sociedades desiguais, tampouco provoca o aumento da desigualdade entre as sociedades. Esse resultado, e não

<sup>6</sup> The techniques of capitalist industry were now (quite unlike in England) being combined with an anti-liberal, semi-feudal form of state. A quite new kind of society was being produced. And Trotsky called this interactive process of change: ‘combined development’.

causa, decorre do caráter competitivo da produção social do capital, sobretudo quando se reflete entre os Estados.

E por se antagonizar com uma eventual linearidade histórica, seja do etapismo, seja da condição subordinada permanente, é que pode se opor à perspectiva da competitividade intrínseca para se defender uma perspectiva cooperativa. Eis a razão pela qual Colin Barker afirma que “o fato comum do ‘desenvolvimento combinado’ não gera necessariamente os tipos de ‘desenvolvimento desigual’ sistemático que encontramos no capitalismo, ou mesmo em outras formas de sociedade de classes. Em suas formas cooperativas, de fato, o desenvolvimento combinado é um meio de desenvolvimento geral e mútuo, um meio de ampliar os poderes dos indivíduos ou grupos combinados” (2006, p. 79, tradução nossa).<sup>7</sup>

É a produção social do capital, portanto, que caracteriza a forma competitiva do desenvolvimento combinado. E é dessa forma que o capital se manifesta sob a lei fundamental do valor. A produção do valor somente existe nas condições em que o trabalhador, desprovido de seus meios de produção e de subsistência, vende sua força de trabalho abaixo do tempo útil de trabalho. Na equação marxista, é do capital variável, pela parte não remunerada, embora trabalhada, que se extrai o valor quando a mercadoria produzida vem a ser comercializada.

A competição ocorre quando os investimentos em tecnologia permite ao capital reduzir seus custos de produção, na figura do capital constante (insumos e bens de capital), demandando menor quantidade de trabalho para a produção da mesma ou de maior quantidade de mercadorias. Com isso, este capital reduz o preço de venda e se sobressai perante a concorrência, assumindo viés monopolista ou oligopolista.

Isso se incorpora nas entranhas dos Estados e a sua função de proteger o capital, criando as condições de sua expansão, internacionalizando-o. O capital se desenvolve sob a lei do valor e se mundializa ancorado no financiamento estatal. Dessa forma, penetra nos poros de todo o globo terrestre, fulminando as relações sociais não capitalistas e subordinando os habitantes aos seus ditames bem como os Estados, tornando-os dependentes.

Trotsky enxergou essa realidade do desenvolvimento desigual e combinado sob o imperativo da lei do valor ao anotar que “aproximando economicamente os países uns dos outros e nivelando seus estágios de desenvolvimento, o capitalismo... opera por métodos próprios, quer dizer, por métodos anárquicos constantemente compromete o próprio trabalho,

<sup>7</sup> The general fact of ‘combined development’ does not necessarily generate the kinds of *systematic* ‘uneven development’ we find within capitalism, or indeed in other forms of class society. In its *cooperative* forms, indeed, combined development is a means of *general, mutual development*, a means of enlarging the powers of the combined individuals or groups.



estabelece um país contra o outro, um ramo da indústria contra o outro, desenvolvendo algumas partes da economia mundial, enquanto dificulta (...) o desenvolvimento de outras” (BARKER, 2006, p. 82, tradução nossa).<sup>8</sup>

A desigualdade é inerente à forma pela qual cada sociedade cultivou a relação entre seus membros e para com a natureza, gerando tecnologias e políticas de distribuição próprias. Por outro lado, como nenhuma dessas sociedades vive em isolamento, interagem, e o resultado são combinações novas, tanto no âmbito interno, pela incorporação de elementos de culturas externas, quanto no âmbito externo pela exportação de elementos próprios.

Esses encontros e esses intercâmbios entre as sociedades proporcionam desenvolvimento de cada uma delas em níveis distintos, porém, em combinação. E na atualidade, numa economia globalizada, a dependência de um país com relação a outro fica em evidência, vez que cada localidade, cada região, produz mercadorias e serviços que abastecem outras. E, como pontua Justin Rosenberg, “corte-os e diversas sociedades parariam” (2016, p. 18, tradução nossa).<sup>9</sup>

Na atualidade, por exemplo, vemos que a tensão entre a Europa Ocidental e a Rússia tem ensejado ameaças reais às condições de vida dos europeus ocidentais com os anúncios de cortes no fornecimento de gás pelos russos. Tal situação propicia um aumento no custo de vida pela aquisição do produto junto a outros fornecedores ou até mesmo a interrupção, ainda que parcial, de atividades industriais e de serviços básicos ao cidadão.

## **2. A acumulação primitiva e a inserção subordinada da América Latina na economia colonial do ocidente**

Antes de a Inglaterra realizar a revolução industrial e ampliar as condições de reprodução social do capital, a Europa reuniu as condições históricas para tal situação a partir do acúmulo de riquezas com a expropriação dos recursos naturais de suas colônias, destacadamente, das colônias latinoamericanas, estando Portugal e Espanha, o império ibérico, na função de entreposto da Inglaterra.

Na Europa ocidental, a transição do feudalismo ao capitalismo é marcada pela expropriação de terras do produtor. Nos dizeres de Marx, a “acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de

<sup>8</sup> By drawing the countries economically closer to one another and levelling out their stages of Development, capitalism... operates by methods of its own, that is to say, by anarchistic methods which constantly undermine its own Work, set one country against another, and one branch of industry against another, developing some parts of world economy, while hampering (...) the development of others.

<sup>9</sup> Cut these off, and many societies would grind to a halt.



produção. (...) constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (2017, p. 786). Ao ser expropriado do seu meio de produção, aos trabalhadores restou a venda de sua força de trabalho tendo o salário como contrapartida. E sob tal situação é que se erige a lei do valor.

Concomitantemente, os revolucionários burgueses gloriosos derrotaram os senhores feudais e seus privilégios. Ao mesmo tempo em que a coroa adquire poder político, favorece as aquisições das propriedades rurais aos seus aliados burgueses, criando as condições da consolidação e expansão posterior da produção social do capital.

Aos produtores rurais, expropriados do seu meio de produção e de seu meio de subsistência, vende sua força de trabalho aos oligarcas da terra e à indústria incipiente nos centros urbanos em crescimento trocando-a por um salário que irá lhes permitir a compra de alimentos para sua subsistência e, como consequência, a reprodução da força de trabalho. Tal situação enseja a formação de um mercado interno, um desdobramento do desenvolvimento da produção social do capital.

Uma vez consolidada a lei do valor, e estando a matéria prima inserida como capital constante, as colônias da América Latina, que não estavam sob regime feudal, viraram palco da mesma violência da acumulação primitiva. Porém, sem estabelecer um processo revolucionário burguês, serviram como fonte de expropriação de riquezas pela Europa por meio da mão de obra escrava, culminando no maior tráfico de negros da África e na matança dos indígenas que habitavam o continente.

Marx descreve com primor, esse momento histórico, mencionando, ainda que inconscientemente, um dos dogmas da teoria posteriormente desenvolvida por Trotsky, qual seja, a combinação:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (...). Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista (...). Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado (2017, p. 821).

O Sistema tributário e da dívida pública, na Europa, foram as ferramentas para financiar as expansões marítimas e criar as condições de infraestrutura para a circulação das *commodities* das colônias latinoamericanas para a metrópole sob a utilização de mão de obra

escrava traficada da África. Ao mesmo tempo, esse regime criava as condições europeias da formação e fortalecimento do Estado monárquico financiador e incentivador do capital. Uma retroalimentação entre poder econômico e poder político. E assim o próprio Estado protegia a oligarquia econômica.

As marcas da combinação são visíveis, na América Latina, com a criação do *mestiço*. Nas palavras de Jorge Abelardo Ramos, “durante trezentos anos, acontecerá um lento processo de fusão entre os espanhóis na América e os sobreviventes das populações autóctones. A fusão gerará o mestiço, que será, por sua vez, discriminado dos postos fundamentais da vida política colonial” (2014, p. 97). O mesmo acontecendo na América portuguesa.

Importa destacar que a Europa ocidental do século XV refletia um momento de instabilidade permanente marcada pelas ameaças do oriente, que não havia sido vencido em batalhas anteriores. Como consequência, os europeus voltaram seus olhos para o Atlântico em busca de riquezas para garantir uma balança comercial favorável junto à Ásia. E o desenvolvimento marítimo adquirido pela experiência no mar mediterrâneo possibilitou que o império ibérico, à costa atlântica da Europa, se sobressaísse nas navegações.

Somando-se a isso, os europeus haviam desenvolvido armamentos e uma organização militar que garantiria superioridade nas batalhas travadas com os indígenas americanos e as sociedades mais desenvolvidas da América, destacadamente os astecas e os incas. Ambos não conheciam a pólvora e o cavalo, ferramentas de vantagem europeia nos conflitos. O encontro de sociedades em estágios distintos de desenvolvimento militar e tecnológico para a guerra favoreceu a colonização da América pelos europeus.

A coroa de Castela, que posteriormente se alinharia à de Aragão, patrocinaria o empreendimento ultramarino garantindo a si as terras eventualmente descobertas vindo a agraciar o descobridor com parte dela e de suas riquezas, desde que a parte substancial da coroa estivesse assegurada. Essa tônica se consolidou a fim de se fomentar as expedições e ocupações territoriais da América.

No entanto, a morte dos indígenas, pelos trabalhos extenuantes e enfermidades até então desconhecidas, ensejou que o império ibérico importasse trabalho escravo da África para a América, aproveitando uma expertise já desenvolvida pelos portugueses, de modo que “um novo e lucrativo comércio transatlântico se constituía, quando o Velho Mundo da África era chamado a restabelecer o equilíbrio demográfico do Novo” (ELLIOT, 2018, p. 155), sob as sanções morais da Igreja que iria justificar a colonização.

A leitura da história a contrapelo, para homenagear Walter Benjamin, nos permite

desmistificar a versão eurocêntrica do desenvolvimento moderno. A descoberta e a incorporação da América Latina na economia ocidental da Europa criou as condições para que viesse a superar a Ásia e formar uma perspectiva global hegemônica. Rosenberg relata que “em 1530, os ibéricos estavam conquistando a América e liberando enormes recursos de prata e ouro nas compras junto ao comércio do Oceano Índico de sociedades asiáticas que ainda eram muito mais ricas que a Europa” (2016, p. 26, tradução nossa).<sup>10</sup>

Enquanto a versão eurocêntrica da modernidade faz da descoberta da América um feito idílico, doce, a versão crítica à luz da teoria do desenvolvimento desigual e combinado nos mostra que as aventuras ultramarinas de portugueses e espanhóis resultaram no saqueio da América para o enriquecimento da miserável Europa Ocidental. O ouro e a prata, além das demais matérias-primas, serviram para o abastecimento monetário numa economia metalista. As condições para a posterior revolução industrial e hegemonia da Inglaterra estavam postas.

E no que consistiu o desenvolvimento desigual e combinado entre a Europa e a América Latina sob o sistema colonial? O continente americano se limitou a ser produtor de minério, produtos agrícolas e a pecuária, tendo o continente europeu como destinatário final sob um regime escravista oriundo do capital mercantil da metrópole. O que se desenvolveu, na América Latina, minimamente, foi a infraestrutura para garantir a escoação das riquezas para compor as reservas monetárias europeias e os insumos para ingressar na sua cadeia produtiva industrial.

As bases da circulação do capital estavam lançadas quando da erupção dos movimentos políticos independentistas da América Latina.

### **3. O desenvolvimento desigual e combinado da América Latina sob os pilares da economia moderna: infraestrutura e exportação de *commodities* para a circulação do capital**

Para compreender com maior profundidade o papel da América Latina enquanto região dependente e periférica, faz-se mister analisar a categoria da circulação na produção e reprodução social do capital.

Preliminarmente, importa destacar que a circulação da mercadoria não produz valor, ao contrário, gera custos. O valor é formado na produção da mercadoria e enquanto não ocorrer a sua circulação, o valor não se realiza e, como consequência, não se materializa o

<sup>10</sup> In 1530, the Iberians were conquering America and unlocking huge resources of silver and gold that would buy them into the Indian Ocean trade of Asian societies that were still much wealthier than Europe.

lucro. Eis a razão pela qual a circulação adquire importância crucial na reprodução do capital, sobretudo em escala ampliada.

Marx descreve o impacto que um estoque de mercadoria gera à reprodução do capital:

A permanência do capital-mercadoria no mercado como estoque de mercadorias requer edifícios, depósitos de mercadorias, reservatórios, armazéns, ou seja, um investimento de capital constante; requer também o pagamento de forças de trabalho para o armazenamento das mercadorias nos depósitos. Além disso, as mercadorias perecem e estão expostas a influências que lhes são nocivas (...). Vemos, assim, que a existência do capital em sua forma como capital-mercadoria e, por conseguinte, como estoque de mercadorias, gera custos que, não pertencendo à esfera da produção, fazem parte dos custos de circulação. Tais custos de circulação (...) entram em certa medida na composição do valor das mercadorias e, assim, encarecem-nas (2014, p. 218).

E da mesma forma que se faz necessária a circulação da mercadoria estocada em um curto espaço de tempo para redução de custos e reprodução mais rápida do capital, de igual modo, é imprescindível que haja um escoamento célere das matérias-primas e demais insumos inerentes à produção de mais mercadorias devido à vocação expansionista do capital. Essa celeridade é impulsionada pela redução da taxa de lucro em razão dos avanços tecnológicos na diminuição proporcional de capital variável a fim de que se aumente a massa de lucro.

A despeito de não gerar valor à mercadoria produzida a ser comercializada, a circulação do capital demanda investimentos que também geram valor. O transporte, nesse sentido, é necessário ao deslocamento espacial das mercadorias. Como consequência, ergue-se uma indústria de produção de veículos e trens, por exemplo, que são mercadorias a serem comercializadas e, portanto, geram valor e o realizam na venda, além de agregar celeridade no tempo de rotação do capital.

O desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte em estágio avançado nos países centrais e pelas suas multinacionais, ancoradas no Estado, permite não apenas que a circulação seja mais rápida como possibilita que a produção atinja mercados mais distantes, subordinando-os aos ditames da reprodução social do capital. Juntamente com os avanços dos meios de transporte ocorrem avanços nos meios de comunicação a fim de possibilitar a expansão dos mercados e o encurtamento temporal da comercialização, assim como da aquisição dos insumos no exterior para a própria produção.

Esse cenário induz à reflexão de que o encurtamento das distâncias e do tempo de rotação permite com que haja uma menor perda de valor monetário pela rápida conversão da mercadoria em capital monetário em que uma parte substancial é reinvestida na cadeia

produtiva justamente para responder à expansão dos mercados globais.

E nesse ponto, importa destacar que, mesmo quando o capital internacional se aloja num país periférico, investindo, nessa região, em elementos produtivos pela proximidade, por exemplo, dos insumos e salários mais baratos, a realização do valor em lucro é remetida à sua origem. Como consequência, a combinação global da reprodução social do capital mantém os países periféricos sob tais condições mesmo quando é parteiro das mercadorias.

Por mais que seu produto interno bruto aumente, seu produto líquido sempre será menor. Por maior que seja a realização do valor, seu resultado sempre pertencerá a terceiros que se apropriam dele.

Como manifestação da lei do valor, é crível afirmar que a reprodução social do capital somente ocorre onde existem as condições objetivas para tal, isto é, quando já existe uma massa monetária (fundos de investimento, por exemplo) capaz de financiar o aumento da produção e da circulação das mercadorias. Inicialmente, o saqueio dos metais preciosos da América Latina criou a condição financeira para o desenvolvimento mercantil europeu e para a revolução industrial inglesa.

Na atualidade, a massa monetária (o valor realizado), independentemente de onde seja concretizada (a exemplo dos países periféricos), retorna às mãos da elite capitalista global.

Pois, o capital constante, independentemente de onde esteja localizado, é de propriedade dessa elite; os salários mais altos são pagos aos executivos dos países centrais, restando as ocupações menores e os salários mais baixos aos países periféricos; os centros de pesquisa científica e tecnológica são financiados nos países centrais; a realização do valor pela massa de lucro monetizada retorna à elite dominante das nações cujo aparato estatal financia sua expansão e hegemonia.

Fixadas essas categorias, qual papel a América Latina desempenha na economia mundial? É imprescindível retomar o período colonial e seus desdobramentos históricos após os movimentos independentistas, perpassando pela crise e oportunidade da primeira metade do século XX com a eventual e superficial substituição das importações e o desenvolvimento da indústria nacional, até atingir os dias atuais, em especial com o que representou a Unasul. Esse passeio histórico revela as estruturas dependentes e os desafios postos num mundo multipolar que aparenta se avizinhar.

O que as colônias espanholas e a colônia portuguesa poderiam oferecer, inicialmente, ao império ibérico? As matérias-primas e os metais preciosos. O Brasil ofertava pau brasil e cana de açúcar. As colônias espanholas ofereciam, além das riquezas agrícolas, ouro e prata; destacadamente, o México e o Peru. Macleod faz um relato sumário da vinculação das duas

principais regiões hispânicas a Sevilha: “Era de importância fundamental liga-las rapidamente e de modo seguro a Sevilha. Ambas precisavam, assim, de um porto no mar dos Caraíbas. Cidade do México, a antiga Tenochtitlán, estava conectada à Espanha por meio de Veracruz e seu porto em San Juan de Ulúa, perto do local onde Cortés e seu grupo haviam desembarcado (...). Lima e seu porto de Callao estavam conectados ao mar dos Caraíbas e a Sevilha pelo istmo do Panamá” (2018, p. 351).

As vias, as rotas e os portos foram estruturados para escoar os insumos agrícolas e os metais preciosos, tanto para alimentar os europeus quanto para ampliar as suas reservas monetárias. Uma fase do que viria a compor a rotação do capital havia firmado suas bases nas colônias hispânicas. Para arrancar referidas riquezas, os espanhóis se socorreram de trabalho escravo e a Inglaterra já havia desenvolvido uma indústria naval que fornecia os navios negreiros.

Entre os séculos XVI e XVII, o Brasil se destacava pela produção de açúcar a partir do trabalho escravo, inicialmente sudanês e posteriormente banto. Tanto o comércio de escravos quanto o transporte do açúcar era feito pelos navios fabricados na Inglaterra que fornecia, igualmente, a Portugal, outros produtos manufaturados, a exemplo de ferramentas utilizadas nos engenhos, armas e tecidos, sendo Portugal apenas entreposto dos ingleses, tal como a Espanha.

Já no final do século XVII e durante todo o século XVIII, a despeito da queda na produção do açúcar, a descoberta de ouro e pedras preciosas, entre Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso, deu novo impulso ao comércio colonial português na Europa reequilibrando sua balança com os ingleses. A essa altura, os portugueses já tinham criado e desenvolvido diversas áreas portuárias e estradas para o escoamento dos insumos agrícolas e dos metais preciosos.

No entanto, a estagnação espanhola e portuguesa foi um convite a Napoleão, sedento por conquistar as colônias hispânicas e portuguesas. Ocorre que a França enfrentou resistência das colônias e um contraponto inglês, que almejava a independência das colônias para comercializar com ampla autonomia com elas. Porém, não podia fazer isso, uma vez que apoiava a Espanha contra as investidas napoleônicas que ameaçavam a hegemonia inglesa. Da mesma forma, também não podia patrocinar, militarmente, a Espanha, para não comprometer as relações futuras que se estabeleceriam com as colônias independentes.

As relações diretas entre as colônias hispânicas e os ingleses já eram uma realidade contra a qual a Espanha não poderia resistir por muito tempo. Como relata Waddell, “em 1822, a América Latina absorvia quase 10 por cento das exportações inglesas e havia

comerciantes ingleses se estabelecendo em vários portos do sul do continente no negócio de importação/exportação; e os comerciantes e financistas de Liverpool e de Londres investiam grandes quantidades de capital em crédito comercial e em empréstimos aos novos governos” (2018, p. 241).

Ainda assim, o governo britânico resistia a reconhecer a independência das colônias hispânicas. Eis que os Estados Unidos, país já independente e mirando sua eventual influência em todo o continente, sob a presidência de Monroe, em junho de 1822, reconhecem a independência dos países latino-americanos.

Enquanto isso, no Brasil não havia o mesmo quadro de beligerância entre a colônia e a coroa portuguesa. Afinal, “o fato de Dom Pedro ser ao mesmo tempo o herdeiro do trono português e o imperador do Brasil facilitou a apreciação de um acordo que preservasse a continuidade monárquica sob a mesma dinastia Bragança” (WENDDELL, 2018, p. 257). Esse cenário conduziu a uma independência pacífica e mediada pela Inglaterra, credora da coroa portuguesa por ter garantido a fuga da família real uma década antes.

Se o cenário de terras arrasadas pelas guerras de independência e pela estrutura colonial herdada revelava um mercado frágil a absorver as mercadorias inglesas e europeias, por outro lado, possibilitou que os comerciantes ingleses, diante da ausência ou fragilidade de seus concorrentes, dominassem o comércio local, muitos se instalando na América, tanto hispânica quanto portuguesa.

Nesse momento, o capital inglês criou as premissas que estabeleceriam as relações financeiras e comerciais entre Europa e América Latina e definiu que “se a Inglaterra pretendesse manter e mesmo expandir seus vínculos com os novos Estados latino-americanos independentes, a relação comercial deveria acompanhar-se de uma relação financeira que proporcionasse empréstimos do governo e investimentos privados” (DONGHI, 2018, p. 283).

A despeito do inadimplemento das obrigações financeiras pelos Tesouros Nacionais, essa tônica de endividamento externo marcaria uma estrutura do capital financeiro na América Latina. E os investimentos privados culminariam na estrutura de apropriação dos mercados internos pelas multinacionais na produção e venda de suas mercadorias nos países latino-americanos, obstando a industrialização nacional e as revoluções burguesas internas. Somando-se a isso, a escassez de capital interno mantinha os países latino-americanos como exportadores de *commodities*.

Mais precisamente, o continente se concentrou na produção agrícola, pecuária e mineral, sem maiores investimentos em vias férreas. Enquanto isso, o comércio para o exterior era dominado por estrangeiros. No Brasil, por exemplo, ingleses e americanos



dominavam a exportação de café, no Rio de Janeiro e Santos, açúcar, em Pernambuco e na Bahia. Graham comenta que “de meados da década de 1840 até o final dos anos 1880, as vinte maiores firmas exportadoras do Rio de Janeiro eram todas de propriedade estrangeira” (2018, p. 791).

E a despeito da frustração no pagamento de parte dos empréstimos pelos governos latino-americanos, o mercado de capitais se estruturou melhor, ao final do século XIX, e as economias do continente estavam mais robustas pelo aumento da produção agrária e a arrecadação de impostos alfandegários. Com isso, havia uma condição financeira minimamente segura para se aportar recursos financeiros dos mercados europeus e estadunidenses na América Latina.

A relação das finanças internacionais para com os setores produtivos das metrópoles e das ex-colônias fora brevemente resumida por Glade:

Foi esse fluxo de capital, dos mercados de capital relativamente bem organizado do centro capitalista para os mercados de capital quase inexistentes da América Latina, que deu à região condições de reagir como fez às novas oportunidades de venda nos mercados de produtos de exportação. As novas companhias de comunicações por cabo e por telefone, os sistemas de inteligência econômica e os serviços de transporte marítimo mais rápido, por exemplo, ligaram o esquema de decisões de produção nas economias latino-americanas de modo ainda mais firme à estrutura do mercado mundial. Graças a melhoramentos técnicos, as linhas marítimas ofereceram um transporte regular mais rápido e mais barato das mercadorias da América Latina para os principais centros consumidores e transportavam o contrafluxo de produtos importados para os centros de distribuição nos portos latino-americanos (2009, p. 66).

Eis a lógica do capital financeiro alinhavado ao capital produtivo e comercial numa via de mão dupla. As bancas europeias e estadunidenses, com o excedente de capital produzido, aportavam recursos nos governos da América Latina que contratavam as empresas dessas regiões para erguer a infraestrutura ou para fornecer os meios de transporte e de telecomunicação para a maior e melhor circulação de mercadorias e, portanto, de capital.

Com as vias de circulação montadas, as produções agrícolas, da pecuária e mineral, escoavam com mais celeridade para os centros, enquanto, pelas mesmas vias, as indústrias dos países centrais exportavam seus produtos manufaturados à periferia latino-americana. Para se ter uma ideia, “em 1870, a distância total coberta por trilhos ferroviários na América do Sul chegava a mais de 2 800 quilômetros. Em 1900, esse número passou de 40 mil quilômetros” (GLADE, 2009, p. 67-68).

E quem operava o comércio, seja dos produtos exportados, seja dos produtos

importados, era o capital estrangeiro europeu ou norte-americano.

Métodos de produção da Europa e Estados Unidos foram importados, o que melhorou a produtividade agrária, mineral e da pecuária. Isso permitiu um salto, um dos aspectos do que Trotsky chamava de privilégio do atraso. Essa simples importação evitou que o continente tivesse de criar a tecnologia. De outro lado, verificava-se, no final do século XIX, que estatais montadas com o financiamento externo para aperfeiçoar o sistema de circulação do capital estavam sendo privatizadas ao capital estrangeiro, prática que retornaria entre o final do século XX e início do século XXI.

No entanto, a deflagração dos conflitos internacionais das duas grandes guerras mundiais revelaria a fragilidade da economia latino-americana. A primeira manifestação ocorreu com a redução do crédito internacional. Igualmente, a redução do consumo das *commodities* pressionou pela queda de seu preço no mercado mundial. A queda do comércio também fazia a receita pública a ele atrelada diminuir. Com este cenário posto, “a reação da indústria local foi consolidar sua participação no mercado interno ou iniciar novas linhas de produção” (LEWIS, 2009, p. 147).

Diversas foram as iniciativas para industrializar a região em substituição aos produtos importados em situação de escassez. Da mesma forma, diversas foram as iniciativas para uma produção primária mais diversificada, a fim de abastecer o mercado interno, vez que a política de até então se baseava na monocultura para exportação. Entretanto, a expansão da indústria encontrava limites na obsolescência dos meios de produção, seja porque eram importados, seja porque não houve planejamento estatal de investimento em ciência e tecnologia para uma produção própria.

Enquanto isso, ao final da segunda guerra mundial, os Estados Unidos substituíam os europeus como centro capitalista hegemônico, tendo criado, em Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial para financiar e executar projetos de infraestrutura e de manutenção do subdesenvolvimento latino-americano.

Ao mesmo tempo, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) apresentava um contraponto, qual seja, a necessidade de um planejamento estatal para a industrialização nacional a fim de romper com as estruturas vigentes e extinguir a situação de dependência e subordinação internacional. No entanto, nenhuma mudança estrutural fora produzida. Os países latino-americanos recorreram aos empréstimos externos, em razão das baixas taxas de juros, e à facilitação de investimento estrangeiro, que se apropriou de parte da produção nacional, fazendo com que as remessas de lucro ao exterior minguasse a poupança interna.

Somando-se a isso, importa destacar que outro grande obstáculo ao desenvolvimento industrial nacional foi a elite fundiária. Pois, poucos proprietários concentravam amplas extensões de terra. Para a ampliação do consumo a sustentar o desenvolvimento industrial seria necessária a reforma agrária. Para além do mais, sem a reforma, e dependendo das divisas oriundas da exportação de *commodities*, nenhuma mudança estrutural seria possível.

Paralelamente, como relata Bambirra, “entre 1951 e 1955, a América Latina foi a região em que se verificou a maior entrada líquida de capitais, equivalente a 3,28 bilhões de dólares, que representam 30% do total mundial; entre 1956 e 1960, esta cifra subiu para 5,65 bilhões de dólares” (2019, p. 124). E assim, desde a década de 1950, “a história das burguesias nacionais latino-americanas, naqueles países em que puderam existir, é a história de sua integração ao imperialismo, de sua submissão (...), do abandono de suas ambições nacionalistas e autonomistas e do fim dos seus projetos próprios” (BAMBIRRA, 2019, p. 133-134).

Por outro lado, a destinação de petrodólares dos Estados Unidos e Europa (excedente monetário) para a América Latina encontraria uma drástica limitação com a elevação da taxa de juros pela Reserva Federal norte-americana em 1979. Como consequência, o serviço da dívida se elevou abruptamente, forçando o aumento da produção de *commodities*, que, por sua vez, teve o preço depreciado. Assim, “em 1980, a relação dívida/PIB já tinha dobrado para 42 por cento e, em 1983, aumentara para 61 por cento” (FFRECNH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2017, p. 208).

A partir da década de 1980, a América Latina experimentou o plano de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional, em que um dos resultados foi a privatização de bens públicos e a concessão à iniciativa privada de serviços públicos; o que Harvey veio a denominar de acumulação por despossessão. De igual forma, cada vez mais se percebeu cortes em despesas correntes e de investimento para canalizá-las ao serviço da dívida.

E na década de 2000, quando diversos partidos de esquerda ascenderam aos governos, a expectativa de integração regional para superação das estruturas dependentes cedeu espaço à frustração. Aqueles que acompanharam as tratativas, entretanto, perceberam qual seria a real finalidade: “Desde as primeiras Cúpulas Sul-Americanas (Brasília, 2000; Guayaquil, 2002), os chefes de Governo têm buscado promover, por meio da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa), a conectividade da região a partir da construção de redes de transporte e telecomunicações que aceleram o processo físico de

integração sul-americano” (VALENCIA; RUVALCABA, 2013, p. 106, tradução nossa).<sup>11</sup>

Altamente endividados (tanto pelo aspecto interno quanto externo), os países latino-americanos seguem sem uma perspectiva de integração para o desenvolvimento; apenas para integrar, fisicamente, a infraestrutura regional a fim de ampliar e melhorar as condições de circulação do capital, mantendo-se a região como produtora de *commodities* e importadora de produtos de maior valor agregado.

Um museu de grandes novidades que por trás do véu mostra as velhas e carcomidas estruturas dependentes desde a época colonial.

## Conclusão

A descoberta da América Latina ocorrera num momento em que a Europa Ocidental enfrentava empecilhos para comercializar com a Ásia. Os avanços militares dos europeus, contrastando com técnicas militares mais rudimentares das civilizações incaicas e astecas, bem como das sociedades indígenas, lhes garantiram a dominação colonial acompanhada de uma matança dos nativos e escravização de negros africanos na extração das riquezas naturais da região.

A apropriação dos produtos agrícolas e dos metais preciosos pelos europeus lhes permitiu uma acumulação originária de recursos suficientes para o abastecimento alimentar e para o desenvolvimento das suas forças produtivas. No século XVIII, garantiria, ainda, as condições de a Inglaterra promover a revolução industrial e exercer a hegemonia global da produção social do capital.

Desde a era colonial, a América Latina fora condicionada a exportar *commodities* enquanto, por outro lado, importava os produtos manufaturados dos europeus. Mesmo após a independência política, a dependência econômica se manteve sob novos refinamentos gerenciais. O capital financeiro europeu, posteriormente o estadunidense, garantiu o financiamento da infraestrutura latino-americana executada por empresas estrangeiras.

Eis que a indústria nacional fora contida pela força das multinacionais estrangeiras apoiadas pelas finanças internacionais ao emprestar recursos aos países da América Latina, enquanto que o capital comercial, tanto da exportação quanto da importação, era dominado, igualmente, por estrangeiros, restando aos nacionais a produção de *commodities*.

<sup>11</sup> Desde las primeras Cumbres Sudamericanas (Brasilia, 2000; Guayaquil, 2002), los jefes de Gobierno han buscado promover, a través de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (Iirsa), la conectividad de la región a partir de la construcción de redes de transporte y telecomunicaciones que aceleren el proceso de integración *de facto* sudamericano.

Tais estruturas, enraizadas desde a era colonial perdura até os tempos hodiernos. Quando se fala em integração regional da América Latina, esta se limita à construção, ampliação e melhoria das vias de comunicação e de transporte para o escoamento da produção. Por esses mesmos vasos comunicantes entre o interior e as zonas portuárias e aéreas, a circulação é o reflexo dos ditames da reprodução social do capital mundializado, estando a América Latina exercendo uma função subordinada.

Historicamente, quando se tentou romper com tais estruturas, o continente se deparou com os mais diversos golpes políticos engendrados pelas elites fundiárias e financeiras nacionais; ambas parasitárias e apoiadas pelos complexos de inteligência militar e diplomática dos europeus e, mais recentemente (desde o final da segunda guerra mundial), dos estadunidenses.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado sob a lei fundamental do valor permite enxergar as razões das estruturas dependentes da América Latina. Como consequência, também permite que se criem as condições teóricas e práticas para a ruptura do modelo vigente, sobretudo num mundo multipolar que se aparenta avizinhar pelo contraponto formado por russos, chineses e aliados.

## REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4ª ed. Florianópolis: Insular, 2019.

BARKER, Colin. **Beyond Trotsky: Extending Combined and Uneven Development**. In: DUNN, B & RADICE, H. (Eds.). *100 Years of permanent revolution: Results and prospects*. London, Pluto Press, 2006. p. 72-87.

DAVIDSON, N. **From uneven to combined development**. In: DUNN, B & RADICE, H. (Eds.). *100 Years of permanent revolution: Results and prospects*. London, Pluto Press, 2006. p. 10-26.

DONGHI, Tulio Halperín. **A economia e a sociedade na América Espanhola do pós-independência**. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência a 1870*, Volume III. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

ELLIOT, John Huxtable. **A conquista espanhola e a colonização da América**. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina Colonial*, Volume I. Tradução de Maria Clara Cescato. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

FFRECNH-DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Oscar; PALMA, José Gabriel. **As economias Latino-**

**Americanas, 1950-1990.** In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: A América Latina após 1930.* Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

GLADE, William. **A América Latina e a economia internacional, 1870-1914.** In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina, Volume IV: de 1870 a 1930.* Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

GRAHAM, Richard. **O Brasil de meados do século XIX à guerra do Paraguai.** In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência a 1870, Volume III.* Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

LEWIS, Colin M. **A indústria na América Latina antes de 1930.** In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina, Volume IV: de 1870 a 1930.* Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** Tradução de Henrique Carneiro. Paris/França: Actuel Marx, 18, 1995. p. 73-80.

MARINI, Rui Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** 6ª ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital.** Tradução de Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MACLEOD, Murdo. **A Espanha e a América: o comércio Atlântico, 1492-1720.** In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina Colonial, Volume I.* Tradução de Maria Clara Cescato. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

RAMOS, Jorge Abelardo. **História da nação latino-americana.** Tradução de Marcelo López, Maria Jardim e Flávio Cardoso. 3ª ed. Florianópolis: Insular, 2014.

ROSENBERG, Justin. **Uneven and Combined Development: 'The international' in Theory and History.** In: ANIEVAS, Alexander; MARTIN, Kamran (Org.). *Historical Sociology and World History.* London/New York, Rowman & Littlefield International, 2016. p. 17-30.

WADDELL, D. A. G. **A política internacional e a independência da América Latina.** In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência a 1870, Volume III.* Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

VALENCIA, Alberto Rocha; RUVALCABA, Daniel Efrén Morales. **Desafios en la construcción de la Unión de Naciones de Suramérica.** In: GADELHA, Regina Maria A. F. (Org.). *Mercosul a Unasul – avanços do processo de integração.* São Paulo: EDUC, 2013.